



CÂMARA DE ATIVIDADES AGROSSILVIPASTORIS
Ata da 5ª reunião, realizada em 25 de maio de 2017

1 Em 25 de maio de 2017, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades
2 Agrossilvipastoris (CAP), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
3 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os
4 seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente João Paulo Mello
5 Rodrigues Sarmiento, representante da SEMAD. Representantes do poder
6 público: Marcos Eugênio Sampaio Rodrigues, da Secretaria de Estado de
7 Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Pedro de Freitas Moreira, da
8 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda); Diego Pessoa
9 Santos, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); Fernando
10 Antônio de Souza Costa, da Superintendência Federal de Agricultura em Minas
11 Gerais (SFA/MG) / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
12 José Mário Lobo Ferreira, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
13 do Estado de Minas Gerais (Emater); Polyana Faria Pereira, do Instituto
14 Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).
15 Representantes da sociedade civil: Adriana Maugeri e Igor Lopes Braga, da
16 Associação Mineira de Silvicultura (AMS); Carlos Alberto Santos Oliveira, da
17 Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg);
18 Eduardo Antônio Arantes do Nascimento, da Federação dos Trabalhadores na
19 Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg); Antônio Eustáquio Vieira, do
20 Movimento Verde de Paracatu (Mover); Lucas Amaral Melo, da Universidade
21 Federal de lavras (Ufla); Emílio Elias Mouchrek Filho, do Conselho Regional de
22 Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG). **Assuntos em pauta. 1)**
23 **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional
24 Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento
25 declarou aberta a 5ª reunião da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris. **3)**
26 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro
27 Eduardo Antônio Arantes do Nascimento: “Bom dia a todos e a todas. Eu queria
28 propor, presidente, uma moção dirigida à Seplag com relação à liberação dos
29 recursos da reposição florestal para o IEF. Esses recursos – todos sabem, e até
30 o João Paulo pode explicar melhor – podem ser utilizados, por exemplo, para
31 revitalização dos viveiros. E como há uma situação de contingenciamento
32 orçamentário do Estado, público, que é necessário, a questão da liberação
33 desse tipo de recurso fica totalmente condicionada à liberação pela Secretaria
34 da Fazenda e pela Seplag. Então têm peso aquelas demandas que chegam até
35 lá, derivadas de associações, de entidades, de colegiados. Então eu queria
36 fazer essa proposta. Se o presidente considerar necessário esclarecer melhor a
37 destinação desses recursos, como diz um cidadão aí, ‘faça-o’. Aí, poderíamos,

38 no momento adequado, aprovar essa moção.” Presidente João Paulo Mello
39 Rodrigues Sarmiento: “Conforme solicitado pelo conselheiro, o recurso da
40 reposição é carimbado. Aquele que consome produto florestal de origem nativa
41 tem que repor. Isso é uma reposição de estoque para que, em um dado
42 momento, as empresas consumidoras não tenham mais que ir à vegetação
43 nativa para o seu suprimento. Então esse recurso é pago pelas empresas na
44 medida em que consomem o carvão vegetal e é um recurso carimbado. Nós
45 podemos utilizá-lo realmente na reposição, que seria, através do Estado, pelo
46 IEF, na produção de mudas e distribuição aos produtores. Vários programas
47 nossos de fomento foram executados. Nós estaríamos com esses recursos
48 destinados a vários viveiros, compra de insumos, para voltar a fazer a
49 distribuição da mudas, adubos e insumos aos produtores que se cadastram. Eu
50 já agradeço ao Eduardo. Um programa que o IEF já trabalhou muito, e poderia
51 ser interessante retomar esse recurso. Eu vejo como importante retomada até
52 do próprio setor, porque estaríamos aplicando os recursos carimbados na
53 implantação de maciços florestais, principalmente para os pequenos e médios
54 produtores e sem ônus para eles. A questão social e ambiental também da
55 reposição é que se disponibiliza a esses produtores uma floresta de um
56 eucalipto, realmente, está fornecendo matéria-prima florestal, então não há
57 necessidade de ele ir à nativa, além de ele ter mais uma fonte de renda, porque
58 os plantios não são concorrentes com a agricultura, com a subsistência. Então
59 eu vejo como interessante e importante. Tem recursos da reposição no Tesouro
60 que, devido à nossa situação financeira, não estão tendo um fluxo normal.
61 Inicialmente, nós gostaríamos de ter esses recursos já para começar a
62 recuperação dos nossos viveiros. Começando a estruturar os viveiros, inclusive,
63 podendo dar apoio ao PRA e a toda essa estruturação dos viveiros. É
64 fundamental já pensar em iniciar programas, e poderíamos trabalhar também
65 com recuperação de nascentes e várias outras situações. Se os conselheiros
66 acharem interessante a aprovação, nós passaríamos a redação dessa moção e
67 leríamos aqui para aprovação.” Conselheiro Antônio Eustáquio Vieira: “Eu estou
68 aqui com um assunto um pouco indigesto e queria aproveitar esta oportunidade
69 para informar os conselheiros a respeito dessa situação e passar em mãos o
70 documento que eu tenho referente a esse assunto. Trata-se de um crime
71 ambiental que está ocorrendo em Paracatu, na região da bacia do Paracatu, há
72 vários anos, inclusive com uma ação civil pública já impetrada pela Promotoria
73 da bacia do Paracatu e Urucuia junto à Comarca de Vazante. É um processo
74 que, se o pessoal tivesse a oportunidade de ler, iria ficar assombrado com a
75 situação. Eu acho que o pessoal da Faemg, que tem um certo compromisso
76 com a questão do agronegócio, tinha que entrar nisso para que não denegrise
77 a imagem da Faemg. Nós sabemos do comprometimento que a Federação tem
78 junto ao setor e achamos de fundamental importância que tomem conhecimento
79 disso. Eu vou passar também para nosso diretor, o presidente da Câmara, para
80 que o Estado também tome as devidas providências, porque o que está

81 acontecendo na região já está refletindo dentro do Comitê do Paracatu e
82 também junto à sociedade. Está ocorrendo no meio um conflito sem
83 precedentes e que desde 2005 vem sendo empurrado com a barriga pelo
84 Judiciário, o Estado não toma as providências devidas. São duas pequenas
85 laudas que eu quero ler aqui, para que tenham conhecimento. E também
86 aproveitar a oportunidade que o jurídico da Supram Noroeste está aqui e pode,
87 inclusive, falar alguma coisa sobre esse processo. O fato é que é um conflito
88 gigante, e, inclusive, o Ministério Público está propondo uma ação de mais de
89 R\$ 20 milhões em cima do que está ocorrendo lá. Eu vou ler alguns pontos só
90 para se ter ideia. 'O Ministério Público de Minas Gerais propõe a presente ação
91 civil pública com pedido liminar em face de Eliézio Carlos Rodrigues, Elio
92 Bernardes Dias, Agropecuária Lago do Xupé... Dos fatos. O incluso inquérito
93 civil foi instaurado para apurar possíveis irregularidades ambientais no complexo
94 agropecuário denominado Fazendas Veredas, localizado no município de
95 Vazante. O complexo é composto por 11 propriedades rurais que totalizam,
96 aproximadamente, 4.157 hectares, pertencentes a Élio Bernardes Dias,
97 Agropecuária Lago do Chupé e Eliézio Carlos Rodrigues. O réu Eliézio Carlos
98 Rodrigues é arrendatário de grande parte dos imóveis de propriedade dos réus
99 Elio Bernardes Dias e Agropecuária Lago do Xupé, onde desenvolve as
100 atividades de culturas anuais em uma área útil de 3.325 hectares, canais de
101 irrigação com extensão superior a 8 km e postos de abastecimento e
102 armazenamento de combustíveis com capacidade total de armazenamento de,
103 aproximadamente, 50 m³. Constam dos Boletins de Ocorrências que o réu
104 Eliézio Carlos está desenvolvendo atividade potencialmente poluidora sem a
105 devida Licença de Operação, tendo sido imposta suspensão administrativa das
106 atividades regulares pelo órgão ambiental competente. Contudo, em 7/7/2015,
107 foi lavrado Boletim de Ocorrência por ter sido verificado in loco descumprimento
108 da medida de suspensão das atividades, uma vez que todas as atividades
109 regulares continuaram em operação captando água de canais de irrigação,
110 tanque de abastecimento, culturas anuais através de pivô central. Além disso,
111 de acordo com as investigações, os réus suprimiram mais de 550 hectares de
112 vegetação nativa sem autorização do órgão ambiental competente, causando
113 significativos danos ao meio ambiente. Nas propriedades pertencentes a Elio
114 Bernardes identificou-se três supressões de vegetação nativa em área comum,
115 totalizando 280 hectares e uma supressão em área de preservação permanente
116 com extensão de 0,2 hectare. Já no interior das propriedades pertencentes à
117 Agropecuária Lagoa do Xupé foram constatadas pela PMMG outras quatro
118 supressões de vegetação irregulares totalizando de 274 hectares e supressão
119 em área de preservação permanente de 1 hectare. Na vistoria pelo perito do
120 Ministério Público foi identificada a existência de uma faixa com extensão
121 superior de 2 km de área de vereda soterrada para construção de um carreador
122 de passagem de bovinos na propriedade pertencente à Agropecuária Lagoa do
123 Xupé, onde ocorreu supressão de espécies vegetais nativas, herbáceas,

124 arbustivas e arbóreas, inclusive de buritis.’ Eu não vou estender isso aqui. O fato
125 é que esse cidadão já foi autuado várias vezes, como tem aqui o documento da
126 própria Polícia Ambiental, mais de cinco vezes, e continua o seu
127 empreendimento. Pelas informações que nós temos, como não tinha outorga e
128 não conseguia ligar energia na Cemig, ele instalou gerador com óleo diesel para
129 tocar o seu empreendimento, e isso continua nesses anos todos. A comunidade
130 já está constantemente denunciando isso, é um impacto gigante no rio Escuro,
131 que é um dos principais afluentes do rio Paracatu, e não se tomam as
132 providências. Nós não sabemos mais o que fazer e a quem recorrer. Nós já
133 temos levado isso para a imprensa, divulgado nas redes sociais, e, na segunda-
134 feira, vamos mandar essa denúncia para o Ministério Público do Estado, para
135 ver se o pessoal toma providência com relação a esses juízes que não estão
136 tocando para a frente essa ação civil pública. A situação é grave, está instalado
137 um conflito gigante na bacia do rio Escuro, e os irrigantes legalizados estão
138 sendo os maiores prejudicados, porque não têm a quem recorrer, não sabem o
139 que vão fazer, e a inércia do Estado é gigante. Então eu vou passar esse
140 material para o presidente da Câmara, e está dado o recado para o pessoal da
141 Faemg. Se alguém se interessar por esse material, eu tenho em um pen drive e
142 posso passar, imediatamente, para que tome conhecimento, e para que tente
143 tomar as providências cabíveis para que se resolva isso, porque está
144 estourando na mão dos membros do Comitê do Paracatu, e nós não estamos
145 tendo força para dar encaminhamento a isso. Então fica aqui essa colocação, e
146 espero, presidente, que o senhor dê uma olhada nisso e nos dê uma resposta,
147 porque no dia 6 tem reunião do Comitê do Paracatu, e esse assunto vai estar
148 em pauta e é problema. E nós precisamos dar uma resposta para a sociedade,
149 principalmente para os empreendedores regularizados na bacia, que são os
150 maiores prejudicados. Eu vou passar às suas mãos essa papelada toda, e,
151 qualquer dúvida, nós estamos à disposição.” Presidente João Paulo Mello
152 Rodrigues Sarmiento: “Obrigado, conselheiro. Eu vou analisar essa
153 documentação, mas, mesmo já havendo uma ação civil pública, vou pegar e
154 encaminhar para a Fiscalização, para verem os procedimentos e as ações.”
155 Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Eu gostaria de receber uma cópia
156 desses documentos. Tonhão, eu agradeço a sua comunicação. A Faemg é uma
157 instituição de defesa dos interesses do produtor rural. Se tem algum produtor
158 rural agindo da forma que esse está agindo, inclusive com ação civil pública,
159 não respinga em nós. Eu vou tomar conhecimento para ver o que está
160 acontecendo. Eu não sei por que está dando essa repercussão toda, porque na
161 hora que tem Boletim de Ocorrência já suspende a atividade. Se suspender a
162 atividade, o conflito, tecnicamente, teoricamente, está suspenso até que outras
163 ações ocorram. Mas, senhor presidente, eu distribuí para os colegas
164 conselheiros e os técnicos do IEF a nossa informação do 4º Seminário
165 Ambiental, que orgulhosamente a Faemg está fazendo acontecer. E já pelo
166 quarto ano seguido a Faemg, através do programa Nosso Ambiente, tem tido

167 uma participação muito ativa nas questões ambientais, não só colaborando com
168 o Sistema de Meio Ambiente de Minas Gerais, o Sisema, através da
169 participação nas Câmaras, mas em parceria com o Senar para recuperação de
170 nascentes, solos degradados. Agora mesmo a Faemg está junto com a Fiemg
171 em um grande e forte programa de recuperação da bacia do rio Doce. Então
172 esse seminário é mais uma das ações da Federação da Agricultura. Eu ficaria
173 muito honrado com a presença dos colegas. E eu gostaria também, senhor
174 presidente João Paulo, de saber notícias a respeito da nossa moção em que
175 solicitamos da Secretaria de Meio Ambiente uma apresentação do material que
176 está sendo discutido para revisão do licenciamento ambiental de Minas Gerais.
177 O nosso interesse especial é com a revisão do licenciamento ambiental para o
178 setor agropecuário. Naquela ocasião em que nós fizemos a moção, nós demos
179 a notícia aqui de que tem cinco anos que estamos tentando melhorar a questão
180 ambiental do licenciamento em Minas Gerais, e o Sistema não nos deixa entrar,
181 não conversa. E essa moção, para mim, foi um limite. Nós fizemos aqui, o
182 senhor prometeu que ia levar até as autoridades, e já passaram 60 dias. Nós
183 tínhamos um Conselho de Administração e Política Florestal do Instituto
184 Estadual de Florestas. Há cerca de 15 ou 18 anos, esse conselho era composto
185 por gente muito importante do setor de meio ambiente e florestal, de um modo
186 geral, a Universidade de Viçosa, a Universidade de Lavras, executivos,
187 engenheiros florestais, engenheiros agrônomos. E nós pedimos ao então
188 diretor-geral do IEF uma participação maior na formulação da política florestal
189 de Minas Gerais. E foi desse mesmo jeito que fizemos aqui. Nós pedimos para
190 fazer, mas não aconteceu. E teve uma hora em que pressionamos o Conselho
191 de Administração e Política Florestal do IEF, pressionamos o então diretor-geral
192 do IEF, Dr. José Carlos Carvalho, que depois foi secretário de Meio Ambiente. E
193 a resposta que ele deu é que mudou o nome do conselho. De Conselho de
194 Administração e Política Florestal, ficou só Conselho de Administração do IEF,
195 com as funções muito diminuídas. E a possibilidade de participar da política
196 florestal foi cassada. É o que está acontecendo aqui. Nós estamos aqui há cinco
197 anos tentando melhorar, otimizar o licenciamento ambiental das atividades
198 agropecuárias, os três secretários de Meio Ambiente, que, durante esse tempo,
199 se recusaram a receber as nossas contribuições se recusaram, inclusive, a
200 conversar. Mandavam funcionários, que são importantes, mas não resolveram.
201 Os técnicos do Sisema estiveram aqui nesta Câmara, há mais tempo, colocaram
202 o encaminhamento das ações que estão sendo discutidas para essa finalidade.
203 Nós pedimos para eles trazerem, passou um ano, e não trouxeram. Pedimos em
204 uma moção há 60 dias, não veio, e eu acredito que não virá nunca.” Presidente
205 João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento: “Conselheiro Carlos Alberto, primeiro,
206 solicitou a cópia, e o Tonhão tinha em meio digital, e a cópia impressa eu vou te
207 passar. Com relação à moção, o senhor se equivocou. A SEMAD vai
208 apresentar. Eu participei desse Conselho, lembro de quando foi encerrado e
209 também lembro de que, na mudança da estrutura, quando esta Câmara ficou

210 desativada por um bom tempo, não se discutia. E houve a proposta da retomada
211 para discutirmos realmente política da atividade agrossilvipastoril. Então dando
212 uma cara nova à Câmara, que não estaria só com a intenção, que é importante
213 também, da análise dos processos de licenciamento e aprovação ou não desses
214 processos. Nós estamos discutindo, sim, políticas, e temos trazido. E as moções
215 emanadas desta Câmara estão sendo respondidas hoje no momento oportuno.
216 E eu tenho a certeza – pertencço a essa administração hoje – de que essa
217 abertura está sendo dada. Uma agenda com os diretores das Casas, com o
218 secretário, o secretário adjunto, isso nós conseguimos. E estamos primando por
219 responder todas as demandas da Câmara e buscando responder em 30 dias e
220 trazer as moções. No que depender da SEMAD, do IGAM, do IEF e da FEAM, a
221 intenção é trazer com 30 dias essa resposta. Nós também não gostaríamos que
222 todas as questões emanadas desta Câmara caíssem no vazio. Se estamos
223 discutindo política, a política tem que ser realmente dialogada para termos
224 política consistente. Então as moções estão vindo para cá, e a possibilidade das
225 discussões com todos os dirigentes do Sisema hoje estão extremamente
226 abertas, e estamos, inclusive, abertos a críticas. Então hoje vamos apresentar
227 essas moções para que vocês tenham conhecimento, e, caso surjam dúvidas,
228 nós vamos buscar esclarecer. Nós vemos que essa é uma forma mais
229 consistente de se criar uma boa política. Trazer as discussões e não escondê-
230 las. Nós trazemos, recebemos as críticas, e vamos avaliando e discutindo.”
231 Conselheira Adriana Maugeri: “Primeiramente, parabenizar a Faemg. Excelente
232 a programação do seminário. Nós precisamos mesmo de eventos nesse nível,
233 nesse conteúdo, nesse tipo de abordagem, com esses profissionais. Parabéns
234 para a Faemg. E nós queríamos um status do IEF sobre a implantação do
235 módulo da DCC eletrônica, que é de extrema importância para o setor florestal
236 mineiro. Nós tivemos a apresentação da Ufla na nossa penúltima reunião, e um
237 dos módulos apresentados foi da própria DCC. Então só para ter essa
238 atualização e reforçar a importância e ansiedade que o setor enfrenta para que
239 o módulo de DCC já se implante, tornando-se assim um ato declaratório, como
240 preconiza a legislação.” Presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento:
241 “Quanto à DCC eletrônica, eu estou em falta com a AMS, porque eu fiz a
242 promessa de estarmos com ela no ar há um mês. Mas não está parada. Não só
243 a DCC eletrônica como a própria portaria que normatiza tudo. Nós estamos
244 finalizando. Tem um prazo de comodato que está demorando. Infelizmente, nas
245 evoluções que gostaríamos, não conseguimos ter aquele prazo. A DCC
246 eletrônica está no finalmente da revisão do sistema. Houve alguns problemas,
247 mas o nosso diretor tem discutido isso o tempo todo, e não saiu da nossa pauta.
248 Esse é um débito que o diretor-geral tem com a AMS e com todo o setor
249 florestal. A partir do momento em tivermos uma clareza, podemos marcar uma
250 reunião na AMS, juntando o Sindifer, a Faemg, a Fetaemg e todos que tiverem
251 interesse em participar. Nós tivemos um problema sério de disco rígido, da
252 Prodemge, problemas de informática. Como a informática hoje não é dentro do

253 IEF, nós estamos buscando trazer o mais rápido possível. A partir do momento
254 que tivermos um sistema autodeclaratório, com acompanhamento, é um
255 primeiro passo para recuperação do sistema florestal em Minas, pois começa a
256 reduzir burocracias e realmente a agilizar alguns procedimentos. Então são
257 coisas que têm me preocupado.” Conselheiro Pedro de Freitas Moreira: “Nós
258 recebemos a visita de uma colônia de pescadores de Aimorés, da calha do rio
259 Doce, na semana passada, como certa preocupação em relação à portaria que
260 vocês lançaram que liberou a pesca no Doce. Com algumas dúvidas que foram
261 apresentadas por eles, nós tentamos algum diálogo também no IGAM para
262 tentar entender. Então a minha fala é um pouco um pedido de esclarecimento
263 desse processo. Nós não tivemos acesso aos laudos técnicos, então queremos
264 entender um pouco o que motivou o IEF a essa liberação e trazer as
265 preocupações. A primeira é de segurança alimentar mesmo, da qualidade desse
266 peixe, desse pescado para aqueles agricultores que estão ali. Tem uma
267 preocupação também em relação a criar uma possibilidade de rompimento de
268 pagamento daquela bolsa, um pouco da segurança econômica, do volume de
269 pesca que daria. Então é uma questão da quantidade e ambiental mesmo, se
270 aquelas espécies que já estão liberadas têm um volume, se é possível etc.
271 Então trazer um pouco essa preocupação da colônia de pescadoras. A
272 Secretaria tem uma diretoria específica para trabalhar com essa comunidade,
273 que tratamos como comunidade tradicional, e essa dúvida não soubemos
274 responder. Então trouxemos para a CAP para tentarmos entender. Não sei se
275 neste momento entraria como ponto de pauta. A segunda coisa que eu queria
276 trazer é que, na reunião passada, apesar de eu não ter estado aqui, mas lendo
277 a ata, foi trazida a solução do PRA por uma consultoria de fora que seria trazida,
278 inclusive, para apresentar para nós. Em algumas conversas com os agricultores
279 familiares, com os movimentos sociais, existe uma preocupação de essa
280 solução ser feita só a partir da condução de uma consultoria etc. E que seria
281 importante construirmos um processo do PRA como espaço de escuta desses
282 agricultores e desses movimentos, entendendo que a agricultura familiar em
283 Minas é muito diversa, seja pelo bioma, seja pela dimensão do Estado. Enfim,
284 pensar uma estratégia de construção do PRA que preveja audiências públicas e
285 um diálogo maior com esses agricultores familiares. Isso tem surgido muito na
286 Secretaria, então trazer também e ouvir um pouco do IEF qual é essa estratégia
287 para além da contratação de uma consultoria, para construirmos algo que dê um
288 retorno que seja mais factível para a realidade da agricultura.” Presidente João
289 Paulo Mello Rodrigues Sarmiento: “O primeiro ponto, com relação à Portaria 40,
290 nas competências do IEF, nós trabalhamos, no primeiro momento, com a
291 Portaria 78, na restrição total da pesca, porque era aquele momento mais tenso
292 do rompimento da barragem, que ainda estava muito em evidência. Então nós
293 paramos toda a pesca. Conversando, inclusive, com o Ministério da Agricultura
294 e com várias lideranças desse setor de pesca, trouxe-nos a preocupação de
295 que, realmente, se ficasse um certo período sem esses pescadores terem

296 alguma movimentação, eles poderiam perder, inclusive, o recurso de defeso,
297 que é aquele recurso que eles recebem quando tem a piracema; eles recebem
298 um salário porque não podem exercer a sua atividade. Se não estão exercendo
299 por um certo período, eles podem perder esse recurso. Foi feito uma análise da
300 água, que foi liberada para abastecimento humano. Pode não estar na
301 qualidade ideal, no gosto ideal, mas, em termos de tratamento, foi liberada.
302 Outro ponto que também nos preocupou muito foi evitar que essa pesca saísse
303 da calha do rio Doce e fosse para os demais berçários de peixes. Aí, sim,
304 estaríamos promovendo um sério problema ambiental com as espécies que
305 estão em reprodução. Então, na área ambiental, nós restringimos. E a pesca
306 hoje está liberada, realmente, para algumas espécies. E nós vimos que a
307 grande maioria dos pescadores da região teve muita satisfação, e, inclusive, não
308 perdeu os benefícios que poderia estar indo com a sua atividade. E nós
309 trabalhamos realmente muito na vertente ambiental e social. Se formos avaliar
310 as reportagens que saíram com relação à liberação, tendo um certo limite, foram
311 muito positivas. Agora, a portaria é sempre aberta para ser revista, reavaliada.
312 Se houver alguma ação com relação à questão da saúde desse pescado, da
313 qualidade desse pescado, nós podemos rever toda essa portaria. Ela tem o
314 prazo de revisão. A linha que nós adotamos foi justamente essa, pegamos a
315 questão socioambiental, verificamos a importância também de não trazer mais
316 prejuízo ainda para essas comunidades pesqueiras de toda a bacia do rio Doce,
317 bem como não estamos liberando, de uma forma indiscriminada, qualquer tipo
318 de pescado, para que não haja um dano ambiental. Fora da calha são os
319 grandes berçários, onde realmente tem a reprodução desse pescado. Se tira de
320 lá, não vai ter mais como recuperar a capacidade pesqueira e a ictiofauna
321 daquele rio. Foi essa linha que nós adotamos, mas a portaria pode ser revista. E
322 nós participamos do CIF, e, inclusive, tiveram algumas considerações de outros
323 Estados, realmente, da posição correta. Mas a posição pode ser revista. Nós
324 não podemos também só pensar em um tipo de exploração, temos que pensar
325 na bacia como um todo. Então não podemos também focar e fechar tudo
326 pensando em um setor só. Então nós fizemos essa verificação socioambiental,
327 mas está aberta a todas as discussões. Com relação ao PRA, a consultoria,
328 basicamente, com que temos trabalhando é para criar um marco regulatório,
329 mas toda a formatação nossa do PRA, do CAR, do CRA é a formação bem do
330 que nós fizemos antes, com a parceria de todas as instituições, como Fetaemg
331 e Faemg. Todas as instituições fizeram a parceria, capacitamos mais de 3.000
332 pessoas para atender. Nós estamos cientes do tamanho da situação, e é
333 intenção nossa, realmente, que a agricultura familiar, os pequenos produtores,
334 aqueles que forem enquadrados na legislação, porque é competência do
335 Estado. Não só para apresentar e aprovar o projeto. Inclusive, uma grande
336 preocupação que nós temos, é ter viveiros recuperados para poder disponibilizar
337 mudas, porque vai ser uma demanda muito grande, a área em hectares é muito
338 grande. Até quatro módulos rurais, isso é uma competência do Estado, e essa

339 competência está com o IEF. Então as consultorias são justamente para fazer
340 um marco regulatório, e isso tem sido feito nos demais Estados. Tem alguns
341 Estados que já estão trabalhando com o novo marco regulatório. Nós estamos
342 em uma conversa constante com o Serviço Florestal para ajustar e trazer toda
343 essa demanda para a realidade do Estado, para que possamos atender. Hoje,
344 podemos chegar a 700 mil propriedades rurais. Hoje, nós temos em torno de
345 620 mil propriedades rurais. Vamos colocar que sejam em torno de 30% que
346 sejam atendidos pela lei, sendo bem otimista ou pessimista, e teremos em torno
347 de 200 mil propriedades rurais para trabalhar. E nós precisamos atender o
348 produtor, e temos a consciência de que não vamos atender sozinhos. Nós já
349 estamos começando a montar a estrutura, com as discussões, e já dando
350 parabéns à Faemg, que está sempre nesses eventos. E nós vamos, realmente,
351 buscar esse apoio. Então Faemg, Fetaemg, essas representações todas estão
352 participando, e a Seda também vai ser muito bem-vinda, para buscarmos
353 realmente atender esses produtores. Nós não podemos deixar que o Estado
354 falhe para que o produtor seja penalizado. A consultoria é mais para fazer um
355 marco legal para atendermos, e a execução vai ser bem participativa, bem
356 democrática, para atingirmos o nosso objetivo. A certeza que nós temos é que
357 sozinhos não vamos conseguir. Só conseguimos chegar a esse número que
358 temos hoje por causa das parcerias, porque foi realmente um processo bem
359 democrático, bem discutido e com várias parcerias. Então nós vamos trabalhar
360 dessa forma também.” Conselheiro José Mário Lobo Ferreira: “Eu queria fazer
361 só uma complementação com relação à discussão da regulamentação do PRA.
362 Nós tivemos uma reunião outro dia na Cidade Administrativa, com a Fernanda,
363 do IEF, e sugeríamos montar um comitê, um colegiado para discutir o projeto da
364 regulamentação do PRA. Existe uma tarefa desafiadora, que é executar esse
365 programa, mas, antes, tem uma tarefa tão importante quanto, que é essa
366 discussão, de forma mais participativa possível, da regulamentação. Existe uma
367 série de especificidades, e eu acho que o setor agropecuário pode dar uma
368 série de contribuições, incluindo uma série de possibilidades com que as
369 propriedades abaixo de quatro módulos fiscais podem se beneficiar, com uma
370 série de arranjos produtivos. E é preciso trazer mais ciência para isso, mais
371 pesquisa, uma discussão mais ampla. Então eu acho interessante ter essa
372 iniciativa da consultoria, buscando captar as experiências que estão sendo
373 obtidas em outras unidades federativas, mas eu acho e gostaria de sugerir a
374 gente acelerar esse processo de se criar esse comitê para discutir a contento o
375 processo da regulamentação. Então eu gostaria de reforçar essa sugestão, com
376 a presença da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, a Seapa, Emater,
377 Epamig, Faemg, Fetaemg e outras instituições e órgãos, como o MAPA
378 também, para fazermos essa discussão.” Presidente João Paulo Mello
379 Rodrigues Sarmento: “Ok. Eu vejo com bons olhos, e vou conversar com a
380 Fernanda e o Waldir para trazer quais são as nossas preocupações e
381 democratizar.” Conselheiro Marcos Eugênio Sampaio Rodrigues: “Eu tenho uma

382 missão hoje aqui de fazer uma proposição para que esta Câmara possa, a partir
383 da próxima reunião, discutir a regularização nos empreendimentos aquícolas no
384 Estado de Minas Gerais. É uma proposição da Seapa que eu venho passar a
385 esta Câmara. É uma proposição para que, a princípio, se abrisse essa
386 discussão. Não necessariamente tive a informação de que seria a Seapa que
387 iria apresentar.” Presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmento: “Então será
388 discutida a operacionalidade desse tema, e a Secretaria Executiva irá entrar em
389 contato com a Seapa.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Essa
390 matéria de licenciamento ambiental de empreendimentos aquícolas está dentro
391 do bojo daquela questão que eu levantei: o licenciamento ambiental. Nós
392 estamos com essa demanda dentro da Faemg, mas está tudo dentro do bojo.
393 Se não vier, não tem jeito de discutir.” Conselheiro Lucas Amaral Melo: “Só para
394 complementar com relação ao PRA, que temos bastante dúvida de como
395 implementar, porque vai ser um grande desafio, o Raimundo Deusdará, do
396 Serviço Florestal Brasileiro, esteve em Lavras, na semana passada, e
397 apresentou algo sobre o CAR e, conseqüentemente, o PRA, e também deixou
398 uma boa notícia, de que agora, no dia 5 de junho, o Ministério do Meio Ambiente
399 está para lançar o programa Plantadores de Rios, que pode ajudar bastante a
400 subsidiar as ações do PRA. Eu não vou entrar em detalhes, vou deixar para o
401 dia 5 de junho, porque é meio que uma surpresa do Ministério de Meio
402 Ambiente. Mas já deixar essa dica, porque eu acho que vai ser um apoio muito
403 bom. Outra coisa, só como informe em relação à última reunião, no
404 encerramento da última reunião, houve uma solicitação do conselheiro Antônio
405 Eustáquio, para que nesta reunião, eu, como representante da universidade,
406 apresentasse informações sobre o seminário que havia sido realizado na Ufla
407 sobre estradas rurais. Eu tomei conhecimento da palestra. Ela foi realizada por
408 um técnico da Emater, da região de Monsenhor Paulo, no Sul de Minas. Eu
409 entrei em contato com o conselheiro Enio, e ele se prontificou, na próxima
410 reunião, a trazer essa explanação para a Câmara.” Conselheiro Eduardo
411 Antônio Arantes do Nascimento: “É evidente que, a essa altura dos
412 acontecimentos, a última coisa que eu quero no mundo é divergência com a
413 Secretaria da Agricultura. Mas muito cuidado com essa questão que está sendo
414 proposta de se discutir a questão da regularização da aquícultura. Porque é o
415 seguinte: se a questão da regularização ambiental dos novos procedimentos for
416 tratada por setor, é ingenuidade, isso é coisa de gente que só vê o umbigo. O
417 resultado não vai ser bom. É claro que tem alguns setores que têm força para
418 pautar suas questões. Agora, se essa questão agrossilvipastoril começar a ser
419 tratada ‘aqui é aquícultura’, daí a pouco vem ‘o reflorestamento, não sei o quê,
420 não sei o quê’, eu sei aonde isso vai chegar. E o resultado não vai ser bom. E
421 nós estamos empenhados, já tem dois anos e tanto, para a questão ser
422 colocada em termos gerais, das diretrizes e tal. Então eu queria só alertar. É
423 evidente que, se quiser pautar, será discutido. Agora, garanto que, a médio e
424 longo prazos, o resultado não será bom. Tem que se ter muita clareza disso.

425 Com relação ao PRA, eu queria fazer uma solicitação ao Emílio, do Crea, para
426 não ficar esse ônus, porque aí vira ônus para a Fetaemg, para a Faemg... Que o
427 Crea, o mais rápido possível, promova um evento para discutir essa questão,
428 que foi levantada muito bem, para ser aberta a discussão sobre a
429 regulamentação do PRA. Eu acho que nós, Fetaemg e Faemg, não ficaríamos
430 com o ônus. Eu sou muito tranquilo. Quem capacitou 3.000 pessoas para fazer
431 o CAR fomos nós. E queremos fazer de novo. Agora, se a coisa não andar, o
432 agricultor familiar e o produtor vão ser prejudicados. Por quê? Por exemplo,
433 hoje, às 14h30, o governador, junto com o IGAM, vai lançar o cadastro
434 eletrônico do uso insignificante da água, no Palácio da Liberdade. O Banco do
435 Brasil já avisou que, a partir de 1º de junho, agora, na semana que vem, eles
436 querem o cadastro para liberar crédito. É só quem não acompanha ou não tem
437 juízo: o PRA vai começar a ser exigido. Eles não querem saber se Brasília,
438 Ministério do Meio Ambiente e não sei quem não sabem nem o lado que o sol
439 nasce. Eles não querem saber disso, não. Então vão exigir o PRA para o
440 crédito. Eu não sei se já agora, de imediato, para essa safra que está iniciando
441 ou um pouquinho mais para a frente. Mas vai. E aí não dá para ficar nessa
442 morosidade. Então eu estou solicitando ao Crea, e estou até solicitando ao Crea
443 porque eles me colocaram lá em uma comissão consultiva do Crea... ‘Agora,
444 aguentem’. Mas isso tem que ser mais agilizado, nós temos que tocar esse
445 negócio, porque vai dar problema.” Presidente João Paulo Mello Rodrigues
446 Sarmiento: “Essa questão é pauta constante nossa, preocupação constante
447 nossa.” **Respostas a moções aprovadas pela CAP**. Em atendimento a moções
448 aprovadas pela CAP na 3ª reunião, realizada em 30 de março de 2017, foram
449 feitas exposições pelo Sisema sobre os temas solicitados. Cadastro Ambiental
450 Rural (CAR) e Programa de Regularização Ambiental (PRA). Mariana Megale,
451 da Gerência de Gestão de Reserva Legal/IEF fez apresentação sobre o status
452 do Programa de Política Nacional de Regularização Ambiental. “Estamos até
453 mudando um pouco a nossa concepção do CAR e tratando da Política de
454 Regularização Ambiental. Considerando a política como um todo, dentro dos
455 instrumentos abarcados por essa política, tem o CAR, o Termo de
456 Compromisso, que vai conter todas as obrigações dos proprietários, o Projeto
457 de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas e as Cotas de Reserva
458 Ambiental”, destacou a representante do IEF. Foram destacados ainda na
459 apresentação os benefícios para a implementação da política, o funcionamento
460 do CAR atualmente, análise de cadastros, Programa de Regularização
461 Ambiental, estratégias e próximos passos. O conteúdo da apresentação se
462 encontra disponível no site da SEMAD. Debates. Conselheiro Eduardo Antônio
463 Arantes do Nascimento: “Eu sou testemunha do esforço que vocês estão
464 fazendo. Agora, é preciso ter claro que o esforço de vocês ainda depende muito
465 de encaminhamentos e deliberações ao nível de Brasília. E a minha
466 preocupação é a seguinte. Se amanhã – estou falando figurativamente –, o
467 Ministério Público ou o agente financeiro do crédito virar e falar ‘não, tem de ter

468 o PRA, senão, por exemplo, não acessa crédito’. Nós passamos por uma
469 situação bastante difícil, anteriormente, com o Banco do Brasil, em torno do
470 acesso ao crédito, na questão do cadastro do uso insignificante da água. E o
471 próprio pessoal da Superintendência do Banco do Brasil falou: ‘Olha, a questão
472 é que isso veio lá de Brasília, do Banco do Brasil de Brasília’. O que me
473 preocupa é – vamos chamar assim – o ‘time’ entre a possibilidade de fazer,
474 efetivamente, e impedimentos para acessar crédito, tal, tal. A outra questão é
475 que nós sabemos que, do ponto de vista operacional, que vocês mesmos falam,
476 o órgão ambiental não consegue dar conta de um negócio dessa dimensão. Nós
477 estamos falando de 600 mil imóveis. Então eu acho que tem que agilizar. Aí,
478 João Paulo, eu apresento a proposição no sentido de que, para a próxima
479 reunião da CAP, você convide – vou ser educado, mas eu gostaria que
480 convocasse – o serviço de proteção florestal, porque é o que está, em nível de
481 Brasília, operacionalizando isso. Que os convide para a reunião pautando essa
482 questão, para eles, inclusive, perceberem que há uma preocupação, uma
483 angústia aqui em Minas Gerais, de entidades e outros órgãos, com o deslançar
484 do processo. Porque nós não podemos cair em uma... Às vezes se diz assim:
485 ‘Não, o cidadão não pode pagar pela inoperância do Estado’. É claro que pode.
486 Sempre pagou, paga e continuará pagando. Alguém aqui já entrou na fila do
487 SUS? Então a minha proposta é essa. Eu acho que a questão tem de assumir
488 uma velocidade maior, e não pode ter essa ideia, não, isso não é discussão
489 acadêmica, não, isso é coisa de campo, e grande. Então eu faço a proposição
490 que eles sejam convidados para a próxima reunião, para a gente tentar avançar
491 nessa discussão concreta de como fazer.” Presidente João Paulo Mello
492 Rodrigues Sarmiento: “Ok. Está anotado, e nós vamos fazer o convite.”
493 Conselheiro José Mário Lobo Ferreira: “Eu gostaria de aproveitar e externalizar
494 a minha preocupação. Nós nos reunimos, há 20 dias, na Cidade Administrativa,
495 e foi sugerido formalizar esse grupo para discutir a regulamentação. Nós
496 estamos bem no processo de definição das diretrizes gerais do PRA e
497 precisamos abrir essa discussão. Então eu queria aproveitar para já tentarmos
498 fazer o encaminhamento, talvez, não precisa ser via Câmara, mas para
499 podermos encaminhar isso, porque o tempo urge. O governo federal está para
500 soltar já os programas em junho, e aí nós vamos ter que ficar trabalhando sob
501 pressão. Eu acho que nós precisamos aproveitar agora para discutir as diversas
502 oportunidades, inclusive, de geração de receitas para os produtos rurais. Muitas
503 das áreas que devem ser recuperadas são passíveis de se montar e pensar
504 sobre sistemas produtivos, que são sistemas agloflorestais. E tem um mercado
505 potencial para isso. Então nós precisamos aglutinar mais pessoas para
506 podermos pensar isso conjuntamente, para buscar boas soluções. Então a
507 minha preocupação é pela urgência de definir esse grupo e começar a discutir
508 isso o mais rápido possível.” Presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento:
509 “Com certeza, chegando ao IEF eu vou conversar com o pessoal da área
510 técnica para ver como vamos fazer a estratégia. É uma preocupação que eu

511 tenho, realmente, e tenho certeza de que estou com essa preocupação porque
512 nós estamos com um problema, e esse problema nós só vamos resolver com
513 parceria e discutindo e trazendo. Porque eu durmo todos os dias pensando: são
514 620 mil. Então é uma preocupação, e constantemente eu tenho chamado o
515 pessoal para me reportar a evolução. Eu já fui uma vez conversar no Serviço
516 Florestal e estou indo de novo, porque realmente é uma coisa que nos preocupa
517 muito. Chegando lá, eu vou conversar com o pessoal e ver como
518 operacionalizar. E vamos chamar também a academia, chamar as pessoas para
519 fazer a discussão, mas não aquela discussão para não resolver. Nós vamos
520 fazer a discussão para resolver, dar um prazo dentro do que estamos fazendo.”
521 Regularização de atividades agrossilvipastoris. Ana Carolina Andrino de Melo,
522 da Diretoria de Apoio Técnico e Normativo/SEMAD, fez apresentação da
523 situação atual da regularização ambiental estadual das atividades
524 agrossilvipastoris, mostrando um panorama sobre os novos procedimentos do
525 licenciamento. O conteúdo da apresentação se encontra disponível no site da
526 SEMAD. Quanto à revisão da DN 74, destacou que existe um grupo
527 multidisciplinar trabalhando e que, por enquanto, é uma discussão interno e que,
528 assim que for fechada, a minuta será submetida a todas as Câmaras, antes de
529 ser levada para apreciação e votação na Câmara Normativa e Recursal (CNR).
530 Debates. Conselheiro José Mário Lobo Ferreira: “Em 2013, nós nos reunimos
531 em um grupo para discutir, exatamente, a necessidade de uma modernização
532 do processo de licenciamento em Minas Gerais. A partir desse grupo, surgiu o
533 primeiro seminário. Esse primeiro seminário ambiental, na verdade, surgiu
534 dessa discussão. Foi quando trouxemos o Deusdará e o Xico Graziano. E a
535 ideia era justamente trazer esse olhar de fora para fazermos essa discussão e
536 enriquecer a discussão dentro do Estado. Essa discussão que estamos trazendo
537 aqui a partir dessa moção. Nesse evento, infelizmente, havia acho que duas
538 pessoas só da SEMAD. O objeto do seminário era justamente para tratar desses
539 temas, mas, infelizmente, foram pouquíssimas pessoas. E o Xico Graziano foi
540 um dos convidados, na época, junto com o Deusdará, e fez um comentário
541 muito interessante. Ele falou assim: ‘Na hora que eu vi como é o processo de
542 licenciamento aqui em Minas, a lista G da DN 74, eu entendo que esse negócio
543 foi feito para não funcionar de tão burocrático e complexo que é.’ Então o que eu
544 acho é que esse GT do Sisema que está discutindo o licenciamento tinha que
545 ampliar essa discussão, e às vezes a questão não são detalhes dentro da lista
546 G, se tem que aumentar ou diminuir a área, dependendo da cultura. Talvez não
547 seja esse o ponto, talvez o ponto mais importante é: a partir das ferramentas,
548 dos instrumentos que nós temos hoje, e um deles, que eu acho muito
549 importante, é o Cadastro Ambiental Rural, como podemos aproveitar essas
550 informações para dar celeridade, para fazer um processo mais simples e mais
551 eficiente, mais eficaz. Então eu acho que podíamos começar a trazer essa
552 discussão. A minha proposta é pegar esse grupo de trabalho que está
553 trabalhando no Sisema hoje, ampliar esse grupo e ampliar a discussão

554 também.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Ana Carolina, parabéns
555 pela apresentação. Eu gostaria que você disponibilizado para termos o arquivo.
556 Mas a partir daqueles ‘próximos passos’ é que a mim interessava. Nós estamos
557 querendo mesmo, Ana Carolina, é entrar para dentro desse grupo que está
558 discutindo para construir uma coisa realmente legal. Nós tivemos o Decreto
559 44.844, que foi um parto para sair do jeito que saiu há oito anos. Agora, fizeram
560 a modificação dele e publicaram. Nós tínhamos tanto para contribuir com essa
561 modificação que foi feita, mas publicaram. Depois que está publicado, vai fazer
562 o governador assinar outro decreto? E nós formulamos algumas sugestões que
563 seriam o objeto dessa modificação que foi feita. Então, se você puder, leve esse
564 recado para lá, para quem quer que seja, que nós estamos querendo não é uma
565 explanação do que está acontecendo e do que aconteceu. O que nós estamos
566 querendo é entrar para dentro do que vai acontecer. Tenho certeza absoluta que
567 o Zé Mário, da Epamig, o Carlos Alberto, da Faemg, o Eduardo, da Fetaemg, o
568 Enio, da Emater, e todo mundo com muito conhecimento, nós não estamos
569 querendo desvirtuar o procedimento que está sendo construído, nós estamos
570 querendo é melhorar.” Conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento:
571 “Eu também parabenizo a Ana Carolina, mas pelo esforço. Talvez alguns aqui
572 não tenham participado, mas eu e o Carlos Alberto participamos. E aí é como foi
573 dito, é desde 2013, nós estamos falando de quatro anos. O secretário do Meio
574 Ambiente, na época – não me lembro do nome dele –, fez um lançamento aqui
575 que tinha umas 300 pessoas. Eu saí e falei: ‘Tenho certeza que não vai dar
576 certo.’ E tem de ter claro, esse grupo, esse trabalho está sendo feito dentro da
577 SEMAD, pela SEMAD, por essa diretoria aí agora e tal. E trabalha com todas as
578 questões: indústria, agrossilvipastoril... Então aqui vai a minha primeira
579 discordância com os companheiros. Nós não podemos entrar nesse grupo aí,
580 não. Porque esse grupo ainda não tem a robustez e o apoio institucional
581 necessário. Porque técnico só pode fazer a partir disso. Não tem ainda o apoio
582 institucional, o sentido de premência, por parte dos dirigentes. Nós estamos
583 falando de quatro anos. E não tem essa de falar ‘era o outro governo, agora é
584 outro’. Não, nós temos que tratar as coisas institucionalmente. Daí não sai. Se
585 nós queremos pressionar no sentido de fazer avançar no quesito
586 agrossilvipastoril, o foro nosso é aqui nesta Câmara, formulando e mandando,
587 encaminhando proposições e visões. Os técnicos que estão trabalhando aí, não
588 há demérito. Mas o que foi exposto aí está nos limites precisos do que é feito há
589 20 anos. O que muda apenas são nova portaria, nova não sei o quê. Porque o
590 técnico, por si, não pode ir além do que a direção fala e orienta. E a direção não
591 tem a consciência da necessidade da mudança radical do modelo de
592 regularização ambiental das atividades agrossilvipastoris. Então a minha
593 proposição é diferente. A minha proposição é que – aí tem toda a credibilidade,
594 currículo e tal – o Zé Mário prepare um pequeno documento e, no máximo em
595 15 dias, nos encaminhe, para os conselheiros todos aqui. Você está
596 entendendo? ‘Não existe reconhecimento de graça’. Você percebe? ‘Não espere

597 isso de mim'. Ele faz um pequeno esboço. E ele lembrou muito bem esse
598 seminário que foi realizado lá na Faemg. Tem coisas importantes, sim, tem
599 várias outras. Nos encaminhe. Cada um tem de ter a responsabilidade. Em dois
600 dias, dá para sugerir em cima disso. E aí chega com o documento melhor
601 estruturado aqui, na próxima reunião, a gente aprova isso, encaminha e chama
602 a direção para uma discussão. Não é lá dentro desse grupo. Esse grupo tem
603 quatro anos. O que nós, da Fetaemg e da Faemg, já fizemos com esse grupo,
604 de reunião, para mim, já esgotou. E o que está aí nos limites, a exposição da
605 Ana Carolina é muito clara e muito tranquila nesse sentido. Esses são os limites,
606 só que esses limites têm que ser ultrapassados. E aí eu coloco algumas coisas
607 para o documento, Zé. Por exemplo, tem de responder qual que é o papel do
608 CAR e do PRA no novo modelo. O sujeito foi lá, fez o CAR, está no mapa, ele
609 indicou aonde tem reserva legal ou aonde falta, indicou APP, indicou as
610 atividades... Qual é o papel do CAR no processo? E se amanhã ele assinar o
611 PRA com o órgão ambiental? Porque ele vai assinar o documento, e o órgão
612 ambiental vai bater o carimbo dizendo 'é, ele tem de recuperar 3 hectares de
613 reserva legal, ele tem de recuperar não sei o que de APP...' Então a primeira
614 questão que tem de ser abordada é essa. Segundo: conceitualmente, tem de
615 romper o modelo de licenciamento industrial. Tá? Porque não é a mesma lógica.
616 Terceiro: temos de deixar bem claro que outorga e autorização para desmate é
617 uma coisa que está pacificada na legislação, na normatização e tem que ter.
618 Né? Então isso é passivo. Quarto: vai haver alguma diferença entre o que a
619 legislação já estabeleceu, há vinte e tantos anos, de pequena propriedade até
620 quatro módulos, média propriedade até 15 e grande propriedade acima de 15?
621 O processo que nós estávamos discutindo aqui da Supram Norte de Minas,
622 anteriormente, nós estávamos falando de 22 mil hectares. São 28 ao todo e 12
623 só de projeto. Isso não pode entrar no mesmo balaio de análise de uma
624 propriedade de 4 hectares. Tá? Quinto: o Zé tem todo o conhecimento para
625 trazer as contribuições que o ISA pode trazer, as contribuições que podem ser
626 trazidas também pela análise territorial. Sexto: a questão do 'bônus', uma
627 espécie de 'bônus'. Vou pôr entre aspas para pensar melhor. Mas pergunto:
628 aquele imóvel rural que está, por exemplo, incluído no programa ABC, de baixo
629 carbono, ele está incluído lá, ele está fazendo a prática. Ele, num licenciamento,
630 numa regularização ambiental, ele tem algum 'bônus' em função disso? Os
631 3.000 agricultores que estão inscritos pelo órgão ambiental no programa Bolsa
632 Verde, que, no mínimo, têm reserva legal e APP dentro do exigido pela lei,
633 apesar de que a maioria tem além. Eles têm algum reconhecimento por isso?
634 Então eu gostaria que essas questões... Outra questão: imóvel em que não é
635 utilizado veneno – popularmente conhecido como agrotóxico –, tem algum
636 mérito? Eu estou querendo pegar o escopo das práticas sustentáveis. Lá na
637 suinocultura tem vários exemplos de práticas sustentáveis. O problema é que
638 quem tem práticas sustentáveis, e nesta Câmara aqui, quando era lá na rua
639 Paracatu, e tal, tinha de licenciar vários empreendimentos de suinocultura,

640 vinham alguns com as melhores tecnologias existentes para as melhores
641 práticas, e, na hora do 'vamos ver', da regularização, fica tudo na mesma
642 estatura. Tá? Então seria isso, Zé. Um documento que, obrigatoriamente, vá
643 além desses limites aí. Só nós que podemos ir além desses limites. No meu
644 entendimento, a Seda, Secretaria de Desenvolvimento Agrário, também tem
645 uma contribuição importante, junto com a Emater, a dar no tópico específico da
646 agricultura familiar e de comunidades tradicionais. E acho que temos de
647 valorizar as práticas sustentáveis. Sabe? Se a gente não valorizar práticas
648 sustentáveis em regularização ambiental, nós continuaremos presos na
649 armadura do comando e controle, apenas. Né? Então a minha proposição seria
650 essa. Tenho certeza que ele vai aceitar a incumbência de fazer. 'Não, essas
651 coisas, a gente não pergunta'. Sabe? Porque, aí, na próxima reunião... Porque,
652 aí, nós temos de entender o seguinte: nós temos o privilégio aqui de ser a CAP.
653 Aí, o João Paulo raciocina também neste caminho. Então a gente pode, sim,
654 fazer chegar de maneira sistematizada e com institucionalidade, para essa
655 discussão avançar. Se essa discussão não avançar, sabe o que vai ocorrer? Aí,
656 o Carlos Alberto já participou, eu e o Emílio. Que é o seguinte: o que vai vir para
657 ser deliberado vão ser os termos de referência por atividade. Suinocultura,
658 bovinocultura... Você está entendendo? Não sairemos. Ou se garante a visão
659 sistêmica, a visão da propriedade como um todo, ou... Então a minha
660 proposição é essa." Presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento: "Ok.,
661 conselheiro." Conselheiro José Mário Lobo Ferreira: "Eu ajudo a contribuir na
662 construção desse documento. Eu acho que a Faemg, a Fetaemg, a Secretaria
663 de Desenvolvimento Agrário, Seapa, MAPA e os demais colegas podem
664 contribuir nessa elaboração, o Enio, da Emater, o próprio Marcos também. A
665 questão do prazo, eu não sei como é que se discute. Mas eu acho que é um
666 assunto urgente, e vamos somar esforços para contribuir nessa discussão."
667 Conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento: "João, deixa eu
668 consolidar só prazo. A minha proposta é concreta: 15 dias para ele nos
669 encaminhar, por e-mail, o esboço; três dias para cada cidadão acrescentar o
670 que achar; plena autorização para ele fechar o texto e encaminhar. Porque, para
671 a pauta, o prazo regimental é sete dias antes da reunião. Dez. Porque, aí, ele
672 encaminha para o João Paulo, o João Paulo encaminha para a Secretaria, e o
673 nosso documento entra na reunião para a gente poder discutir e fechá-lo."
674 Presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento: "Ok." Conselheiro Carlos
675 Alberto Santos Oliveira: "Zé Mário, nós podemos fazer uma prévia lá na Faemg,
676 no começo da semana que vem, para os pontos principais a gente começar a
677 alinhar." Presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento: "Vocês poderão
678 articular." Recursos para o Programa de Fomento Florestal. O presidente João
679 Paulo Mello Rodrigues Sarmiento fez a leitura da resposta encaminhada pelo
680 secretário Jairo José Isaac sobre a moção aprovada pela Câmara para liberação
681 de recursos orçamentários e financeiros previstos para o ano de 2017,
682 destinados ao Programa de Fomento Florestal: "Senhor presidente, em atenção

683 à Moção CAP 002/2017, por meio da qual essa Câmara solicitou a liberação dos
684 recursos orçamentários e financeiros previstos para o ano de 2017 destinados à
685 Ação 4322, Fomento Florestal, cumpre esclarecer que foi orçado um crédito no
686 valor total de R\$ 6.500.000 na Lei de Orçamento Anual (LOA) para a ação
687 retromencionada, com os recursos de reposição florestal. Desse valor orçado,
688 aproximadamente, R\$ 2.500.000 encontram-se comprometidos com despesas
689 relativas a contrato com a MGS, viveiristas e aos deslocamentos para execução
690 do fomento previsto no planejamento orçamentário para execução em 2017. É
691 importante frisar ainda que foi encaminhado Ofício DG/IEF/Sisema nº 81/2017,
692 anexo, para a Câmara de Orçamento e Finanças do Estado (COF) pleiteando
693 descontingenciamento do restante dos recursos e viabilizar a execução das
694 atividades previstas para o presente exercício, a saber: aquisição de insumos e
695 material de cercamento a ser utilizado nas ações de recuperação florestal,
696 proteção de nascentes e matas ciliares e demais áreas relevantes na
697 perspectiva ambiental; aquisição de insumos para produção de mudas nos
698 viveiros florestais do IEF; coleta de sementes florestais para produção das
699 mudas de espécies nativas para promover as ações de recuperação florestal;
700 realização do monitoramento das áreas fomentadas pelo IEF em projetos
701 implantados em anos anteriores (trata-se de ação e metas previstas no PPAG
702 2016/2017 na Ação 4322); implantação e implementação dos corredores
703 ecológicos; apoio a construção e implementação dos Planos Municipais de
704 Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA); construção e
705 implementação do Programa de Regularização Ambiental (PRA). Trata-se de
706 ações previstas na Lei 21.972/2016, que dispõe sobre a estrutura do Sisema,
707 que, em seu art. 10, ressalta que ‘cabe ao IEF promover a conservação e
708 recuperação da cobertura vegetal nativa mediante incentivo ao reflorestamento
709 e pagamento dos serviços ambientais, entre outros instrumentos de gestão
710 ambiental’. Além disso, as ações também estão respaldadas pela Lei
711 20.922/2013, que dispõe sobre a Política Florestal e de Proteção à
712 Biodiversidade. Atenciosamente, Jairo José Isaac, secretário de Estado de Meio
713 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.” **Moção aprovada pela CAP nesta**
714 **sessão**. A Câmara aprovou por unanimidade, nesta sessão, moção nos
715 seguintes termos: “Os conselheiros da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris
716 (CAP) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), em sua 5ª
717 reunião, realizada em 25 de maio de 2017, às 9h, no município de Belo
718 Horizonte, Minas Gerais, com fulcro no art. 18 do Decreto 46.953, de 23
719 fevereiro de 2016, e art. 5º, inciso IV da Deliberação Normativa COPAM nº 177,
720 de 22 de agosto de 2012, aprovaram uma moção no seguinte teor. Que a
721 Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag) libere o recurso para a
722 reposição florestal ao Instituto Estadual de Florestas (IEF), para que esse
723 retome as ações de desenvolvimento florestal com o objetivo de realizar
724 recuperação dos viveiros para a produção de mudas e distribuição aos
725 proprietários rurais, com a finalidade de recuperar as nascentes e APPs

726 vinculadas ou não ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) do Cadastro
727 Ambiental Rural (CAR). Belo Horizonte, 25 de maio de 2017. Moção a ser
728 encaminhada ao secretário Helvécio Miranda Magalhães Júnior.” O conselheiro
729 Diego Pessoa Santos, representante da Seplag, registrou a seguinte orientação:
730 “A situação fiscal do Estado, todo mundo tem notícia de que nós temos um
731 déficit de bilhões de reais. Nesse cenário, a diretriz e orientação é sempre
732 manter as atividades. É essa a orientação que a Seplag toma na hora de definir
733 esses limites para os órgãos. Quando vai se definir o limite de um ano, olha
734 sempre o que foi gasto no ano anterior. Se formos olhar a questão do fomento
735 florestal, apesar de no orçamento estar R\$ 6,5 milhões, o limite de 2017 é
736 ligeiramente superior ao que foi empenhado em 2016. Justamente porque temos
737 um déficit e precisamos conter essa crise. Não se pode deixar os gastos
738 crescerem assim. Eu estou falando isso porque todo pedido de liberação de
739 recurso orçamentário tem que ser muito bem detalhado com o que vai gastar
740 para aumentar esse recurso, o que vai ser gasto, efetivamente, por que não foi
741 gasto isso no ano passado e por que está sendo gasto agora. Só na tentativa de
742 contribuir, que a moção vá um pouco mais detalhada colocando especificamente
743 com o que vai ser gasto, se possível, com cronograma.” **4) EXAME DA ATA DA**
744 **4ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 4ª reunião da Câmara de
745 Atividades Agrossilvipastoris, realizada em 27 de abril de 2017, com abstenção
746 do conselheiro Marcos Rodrigues e as seguintes alterações: – na linha 199,
747 onde está escrito “metrologia”, lê-se “metodologia”; –no item 5.1), registrar
748 questionamento feito pelo conselheiro Igor Lopes Braga e resposta da SEMAD
749 em relação à notificação ao empreendedor sobre a revogação da anuência da
750 unidade de conservação. **5) ESTRATÉGIA INTERSETORIAL DE REDUÇÃO**
751 **DO USO DE AGROTÓXICOS EM MINAS GERAIS. Apresentação: Secretaria**
752 **de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda).** Item sobrestado. **6)**
753 **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DA LICENÇA PRÉVIA. 6.1)**
754 **Kalayanti Empreendimentos e Participações S/A. Fazenda Veredas.**
755 **Bovinocultura de corte extensivo, produção de carvão vegetal de origem**
756 **nativa / aproveitamento do rendimento lenhoso, produção de carvão**
757 **vegetal, oriunda de floresta plantada e cultivo agroflorestais com espécies**
758 **florestais exóticas. Bonito de Minas/MG. PA 13354/2006/003/2011. Classe 5.**
759 **Apresentação: Supram Norte de Minas. Retorno de vista: conselheiros**
760 **Carlos Alberto Santos Oliveira e Igor Lopes Braga.** Licença indeferida por
761 maioria nos termos do Adendo ao Parecer Único, por ausência do Plano de
762 Manejo da Unidade de Conservação, com votos contrários dos conselheiros
763 Carlos Alberto Santos Oliveira e Adriana Maugeri. O Parecer Único destaca
764 como motivos para o indeferimento a manifestação do Conselho Consultivo do
765 Mosaico Sertão Veredas Peruaçu “contra a licença ambiental ao
766 Empreendimento da Kalayanti na Área de Proteção Ambiental Cochá Gibão
767 antes da elaboração e aprovação do seu Plano de Manejo” e o fato de o
768 empreendedor não ter apresentado o referido Plano de Manejo. Íntegra de

769 manifestação do conselheiro Lucas Amaral Melo, que votou favorável ao
770 indeferimento. “Eu não vou julgar o mérito, não vou entrar nesse detalhe, mas
771 algumas coisas, como política, nós temos que manifestar. A primeira coisa é
772 com relação às possíveis alterações ambientais que ocorreram de 2011 até
773 2017. Isso é substancial, nós sabemos do poder de regeneração de Cerrado.
774 Então, se for dar andamento ao processo ou não, um novo estudo tem que ser
775 apresentado, infelizmente ou felizmente. É a minha opinião. Com relação ao
776 último parecer, que foi pelo indeferimento da solicitação, eu, como engenheiro
777 florestal e preocupado com questões ambientais, concordo, pelo princípio da
778 precaução. Mas, ao mesmo tempo, como engenheiro florestal, como membro da
779 Câmara Técnica de Silvicultura na Seapa, como membro deste Conselho, como
780 professor de engenharia florestal da universidade, como pesquisador, também
781 concordo com o Carlos Alberto com relação à questão de o setor
782 agrossilvipastoril, não só o silvicultural, estar sendo prejudicado pela omissão do
783 Estado. Porque o parecer é claro de que não está sendo deferido por falta do
784 Plano de Manejo. Então o Plano de Manejo tem que ser feito, porque isso é uma
785 das causas de um empreendimento que pode gerar um benefício muito bom
786 para a região. Claro que gera impactos negativos. Mas não está sendo
787 conduzido, desde 2013, por falta de Plano de Manejo. É só isso. Então de quem
788 é a responsabilidade do Plano de Manejo? Aqui no momento nós estamos
789 discutindo sobre a proposta do empreendimento, mas a proposta do
790 empreendimento está esbarrando simplesmente nisto: Plano de Manejo. É o
791 Plano de Manejo de uma APA, com certeza, de altíssimo valor ecológico, sem
792 sombra de dúvida, pela diversidade florística e faunística muito importante. Mas
793 cadê o Plano de Manejo? Então eu deixo aqui a minha solicitação para o
794 Estado, que não basta simplesmente falar que não tem Plano de Manejo, nós
795 temos que regularizar as unidades de conservação com relação aos seus
796 Planos de Manejo.” Declarações de votos contrários - Conselheiro Carlos
797 Alberto Santos Oliveira: “Eu poderia dizer que a minha manifestação de voto
798 contrário está consubstanciada em tudo o que foi discutido aqui. Mas eu acho
799 que nós estamos ainda sofrendo aqui o ‘tratoramento’ do Ministério Público, que
800 tão mal fez à questão ambiental em Minas Gerais que os efeitos deletérios se
801 estenderam e chegaram a esta reunião. O processo foi indeferido conforme
802 queria o promotor. Na realidade, o que eu queria que o representante da
803 empresa falasse era o seguinte: ‘Nós não respondemos essa carta porque o
804 promotor já havia falado que ‘eu é que mando aqui e que não vai ter
805 licenciamento nenhum’. É isso.” Conselheira Adriana Maugeri: “Apesar da
806 concordância com a qualidade do relatório da Supram, tecnicamente, com a
807 defesa correta, eu votei contrário justamente porque pedimos a baixa em
808 diligência. Acreditamos que esse seria um dos caminhos. Não defendemos que
809 seria o caminho ideal, mas que seria realmente um dos caminhos, e não
810 concordamos com a exclusão da possibilidade da baixa em diligência.” Antes da
811 votação do processo, foi apresentado o relato de vista conjunto da Faemg e

812 AMS, com a seguinte conclusão: “Conclui-se pela baixa em diligência do
813 processo ora analisado para que haja a reapreciação do Conselho Gestor da
814 APA Cochá e Gibão, levando em consideração: a) Que a falta de plano de
815 manejo de UCs não é fato impeditivo para concessão de anuência, conforme
816 Resolução Conama 428/2010; b) Que o processo seja baixado em diligência
817 para que seja reaberto prazo para discussão no órgão gestor da APA Cochá e
818 Gibão e reapresentação da condicionante 4, uma vez que sua não apresentação
819 não configura vício ao processo de licenciamento ambiental, já que as
820 informações requeridas constam do EIA/Rima.” A Presidência rejeitou o pedido
821 de baixa em diligência com base nas manifestações da assessoria jurídica da
822 Câmara e nas justificativas técnicas da Supram. Yuri Rafael de Oliveira Trovão,
823 assessoria jurídica da CAP: “Este processo foi analisado e pautado,
824 inicialmente, pelo deferimento, com anuência do IEF. O IEF, a unidade de
825 conservação, na época, tinha dado a manifestação favorável. Quando nós
826 pautamos o processo, houve uma grande discussão naquela reunião, inclusive
827 por parte do Ministério Público, questionando por que aquela área era de grande
828 valor ecológico, uma área que serve, inclusive, de refúgio de vida silvestre.
829 Nesse momento, nós mantivemos o nosso parecer para o deferimento, porque o
830 processo foi instruído com toda a documentação e os estudos necessários,
831 inclusive com a manifestação favorável. Nesse momento, o Ministério Público
832 solicitou vista juntamente com a Fiemg e outros órgãos. O processo, então, é
833 retirado de julgamento. Do pedido de vista até a apresentação, houve nova
834 manifestação do IEF, revogando a anuência anteriormente dada. Se nós temos
835 uma manifestação, a Superintendência não entra no mérito de como foi dada a
836 negativa ou como foi dada também a anuência. O órgão interveniente é
837 responsável pela sua manifestação. A falta de plano de manejo não é fato
838 impeditivo para uma manifestação para concessão da anuência, só que não
839 cabe ao órgão ambiental, à Superintendência, fazer essa avaliação. Cabe ao
840 órgão ambiental é: ‘Tem anuência ou não?’ Conforme os preceitos do art. 1º da
841 Resolução Conama 428. E qual é a manifestação última do órgão gestor da
842 unidade de conservação? É pela não concessão da anuência, revogando a
843 anuência dada. Como foi revogada a manifestação anteriormente dada,
844 colocando um fato impeditivo, obedecendo ao art. 1º da Resolução Conama
845 428, nós alteramos o nosso parecer. Porque faltava um pré-requisito substancial
846 exigido pela lei para deferir o processo. Quando nós fizemos isso – o
847 empreendedor também tinha sido notificado dessa negativa do IEF –, esse
848 processo foi retirado de pauta a pedido do empreendedor para tratar dessa
849 modificação do IEF. Então esse pedido que ora o conselheiro faz foi feito em
850 2013, e desde 2013 esse processo está na Superintendência aguardando a
851 tratativa do empreendedor com o IEF. E até hoje não foi feita. Então nós nos
852 posicionamos contrário a essa nova baixa em diligência, porque essa baixa em
853 diligência ora requerida foi feita em 2013. E nós continuamos com o processo
854 em análise ou sobrestado dentro da Superintendência.” Presidente João Paulo

855 Mello Rodrigues Sarmiento: “Tendo essa perspectiva por conhecer a área,
856 avaliando as questões processuais, avaliando toda a situação hoje da área, a
857 melhor posição para os conselheiros –aí vai ser a discricionariedade de cada um
858 – é realmente indeferir este processo e abrir ao empreendedor um diálogo para
859 buscarmos quais são os novos procedimentos, quais as formas de
860 aproveitamento dos estudos apresentados, quais são as atualizações
861 necessárias. Aí nós vamos estar discutindo e aceitamos todas as críticas que
862 vierem. Estou aceitando também a ‘mea culpa’, mas são discussões reais,
863 situações que ocorreram. A decisão, agora, no meu entendimento, seria o
864 indeferimento ou arquivamento, para encerrarmos este processo e iniciarmos
865 uma nova discussão dentro da realidade atual. Eu vejo como a melhor forma
866 hoje de prosseguirmos com esse empreendimento em um tempo mais curto
867 dentro de toda a realidade que existe hoje no Sisema. Talvez o empreendimento
868 caia, inclusive, para licenciamento regional, dentro da municipalização, e são
869 várias outras formas que estamos buscando avaliar. Hoje eu tenho a
870 tranquilidade e posso falar isso como diretor-geral do IEF e como técnico que
871 conhece a região. O melhor para a Câmara seria o indeferimento deste
872 processo e um reinício. Eu vejo isso, inclusive, mais ágil e como condições de o
873 empreendedor se manifestar.” **7) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA**
874 **EXAME DA LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA. 7.1) Luiz Eugênio da**
875 **Fonseca. Suinocultura (crescimento e terminação). Uberlândia/MG. PA**
876 **01732/2015/001/2015. Classe 5. Apresentação: Supram Triângulo Mineiro e**
877 **Alto Paranaíba.** Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer
878 Único, com alteração do prazo para atendimento das condicionantes 8 e 11 para
879 “anual.” **8) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RENOVAÇÃO**
880 **DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 8.1) Egon Otto Renh e Outros / Fazenda**
881 **Panambi e Porterinha / Morrinhos. Culturas anuais, excluindo a**
882 **olericultura. Buritis/MG. PA 01892/2004/003/2014. Classe 5. Apresentação:**
883 **Supram Noroeste.** Licença revalidada por unanimidade nos termos do Parecer
884 Único. **9) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o
885 presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento agradeceu a presença de
886 todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

891 **João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento**
892 **Presidente da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris**